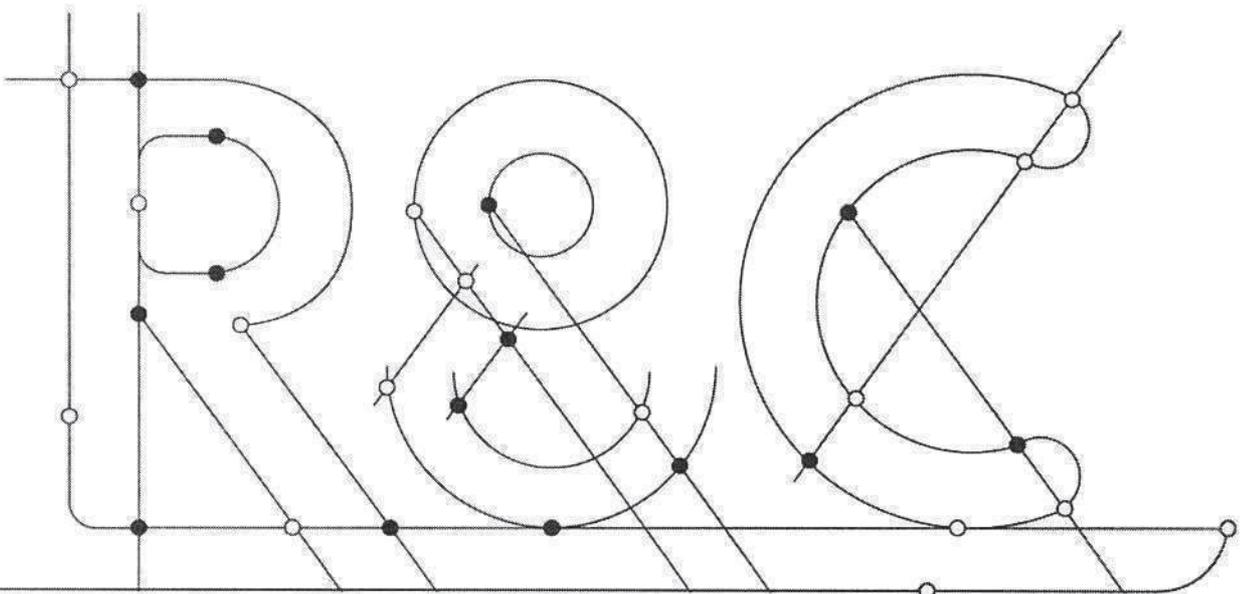


Relatório e Contas

2014



Índice

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
1. INTRODUÇÃO	6
2. GOVERNO DA SOCIEDADE	7
3. CLIENTES E SERVIÇOS	10
4. REDE PAYSHOP	11
5. MARKETING E COMUNICAÇÃO	12
6. DESENVOLVIMENTO E OPERAÇÕES	13
7. RECURSOS HUMANOS	14
8. RESULTADOS, INVESTIMENTO e FINANCIAMENTO	14
9. PERSPETIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	15
10. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	16
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
1. NOTA INTRODUTÓRIA	22
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	24
3.1. Ativos fixos tangíveis	24

3.2. Concentração de atividades empresariais e goodwill	25
3.3. Ativos intangíveis	25
3.4. Participações financeiras	26
3.5. Transações e saldos em moeda estrangeira	26
3.6. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill	27
3.7. Instrumentos financeiros	28
3.8. Resultados por ação	29
3.9. Distribuição de dividendos	30
3.10. Provisões e passivos contingentes	30
3.11. Locações	30
3.12. Rêdito	31
3.13. Imposto sobre o rendimento ("IRC")	31
3.14. Regime do acréscimo	32
3.15. Julgamentos e estimativas	32
3.16. Matérias ambientais	33
3.17. Acontecimentos subsequentes	34
4. FLUXOS DE CAIXA	34
5. PARTES RELACIONADAS	35
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	38
7. GOODWILL	39
8. ATIVOS INTANGÍVEIS	39
9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	40
10. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	41
11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	43
12. DIFERIMENTOS	44
13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	45
14. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO	46
15. RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO	46

16. DIVIDENDOS	47
17. RESULTADOS POR AÇÃO	47
18. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	47
19. LOCAÇÕES OPERACIONAIS	49
20. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	49
21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	50
22. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	51
23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	51
24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	51
25. GASTOS COM PESSOAL	52
26. DEPRECIações/ AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS	53
27. OUTROS GASTOS E PERDAS	53
28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	54
29. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	54
30. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	55
31. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	56
32. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	57

Relatório e Contas
2014



PayShop (Portugal), S.A.

Relatório e Contas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Sede: Av. D. João II, Lote nº 13

1999-001 LISBOA

NIPC / Registo C.R.C: 505 231 212

Capital Social: 1.500.000 Euros

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Em 2014, a PayShop (Portugal), S.A. não foi alheia ao contexto económico, que se manteve ainda particularmente exigente para as famílias, registando assim uma quebra de 7% no volume de pagamentos processados e terminando o ano com 47.8 milhões de operações efetuadas.

Como seria de esperar, este efeito fez-se sentir no rédito proveniente da prestação de serviços de pagamento, que diminuiu cerca de 3% relativamente ao ano de 2013. Apesar de a empresa ter uma estrutura de custos naturalmente variável, realizou-se um esforço significativo ao nível da redução dos custos, o que permitiu manter as margens de rentabilidade, concluindo o exercício com um resultado líquido positivo de aproximadamente 5.566.929 Euros.

O serviço de carregamento de telemóveis teve um decréscimo de 19% no volume de operações face ao ano anterior; evolução, essa, explicada pela alteração estrutural que tem vindo a ocorrer no mercado português de subscrição móvel, onde os pacotes de serviços pré-pagos alcançaram mínimos históricos. Não obstante, este continua a ser o serviço de pagamento com maior expressão na empresa.

Relativamente ao restante portefólio de serviços oferecido, este teve um desempenho globalmente positivo, designadamente do ponto de vista do número de operações processadas, destacando-se as contribuições dadas pelas operações de pagamento de serviços de internet (+25%), de faturas (+5%), de portagens (+4%) e de bilhética de transportes (+2%), não sendo, contudo, suficiente para contrariar a queda verificada no serviço de carregamentos de telefonia móvel nacionais.

O clima económico fez-se igualmente sentir ao nível do desenvolvimento da rede de agentes. Apesar de tudo, encerrou-se o ano de 2014 com 3.876 pontos de pagamento PayShop, menos 10 do que no ano de 2013, mas próximo do objetivo inicialmente definido de 4.000. A angariação de novos estabelecimentos comerciais de qualidade, que foi sempre uma preocupação da empresa, tem-se revelado progressivamente mais difícil, persistindo os sinais de esgotamento do potencial de crescimento da rede. É, assim, de perspetivar algumas dificuldades ao nível da reposição da dimensão ótima da rede no ano de 2015.

Não fechamos esta introdução sem manifestar os nossos agradecimentos a todos os nossos stakeholders, em particular aos nossos clientes, aos colaboradores e, especialmente, aos nossos lojistas que têm sido um parceiro importante no sucesso deste meio de pagamento em Portugal.

A PayShop está integrada no Grupo CTT, capitalizando na força e oferta do grupo para melhor servir os seus lojistas.

De seguida passaremos a analisar as diversas linhas da atividade da empresa, procurando fornecer a todos os utentes, da informação contida neste relatório, elementos claros para o conhecimento da atividade desenvolvida no exercício de 2014.

GOVERNO DA SOCIEDADE

1. Modelo de Governo e Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. Miguel Pupo Correia

Secretário: Dr. Apollo Jorge Hung das Dores Miguéis Picado

Conselho de Administração

Presidente: Dr. André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa

Vogal: Dra. Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues

Vogal: Dra. Sílvia Maria Correia

Fiscal Único

ROC Efetivo: Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias, em representação da BDO & Associados – SROC, Lda.

ROC Suplente: Dr. Emanuel Mota Gonçalves Pereira

O Conselho de Administração é composto por três elementos, o Presidente e dois Vogais. Não existem comissões especializadas, porque a dimensão e complexidade da empresa não o justificam.

Os mandatos são por três anos e o atual vigora de 2013 até 2015. Todos os membros do Conselho de Administração são executivos.

O modelo adotado garante a efetiva segregação de funções de administração e de fiscalização.

Identidade, elementos curriculares e funções de cada membro do Conselho de Administração

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa | Presidente

Administrador / CFO dos CTT – Correios de Portugal, S.A.

Licenciado em Economia com especialização em Economia da Empresa pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, tendo diversos cursos relacionados com Banca de Investimentos, Estratégia, Liderança e Gestão de Equipas.

Iniciou a sua carreira profissional em 1996 na área de Fusões e Aquisições e Financiamentos Estruturados (Corporate Finance) no Banco Santander de Negócios Portugal tendo participado nas aquisições da Cimpor (Serrana e Cisafra) e Sonae (Cândia) no Brasil, assim como liderou a aquisição da Finca Flichman pela Sogrape na Argentina. Foi também responsável pela montagem do Management Buy Out realizado na Mailtec.

A partir de 2000 integra o Banco Santander Totta onde desempenhou os cargos de Diretor Comercial de Corporate Banking, responsável pelos maiores clientes corporativos. Passou mais tarde Diretor Executivo de Corporate Banking Portugal, sendo responsável pela implementação em Portugal do Modelo de Relação Global do Banco Santander. Neste período, apoiou alguns dos principais clientes do Banco em transações relevantes como foi o caso da aquisição do restante capital da Modelo Continente pela Sonae à Carrefour ou a compra de uma participação de 33,34% na Galp Energia por parte do Grupo Américo Amorim.

Desde 2007 e até ingressar nos CTT, era o Diretor Coordenador de Dívida Estruturada, Mercados de Dívida e Financiamento de Ativos do Santander em Portugal. Nesta função, coordenou a participação do Banco Santander como Mandated Lead Arranger no financiamento em project finance de alguns dos principais projetos realizados em Portugal (Parque Solar de Moura, ENEOP, Generg, etc.), assim como Bookrunner nas emissões de Eurobonds da REN, EDP, PT, entre vários.

De 1998 até 2002 foi professor assistente convidado de Estratégia Competitiva na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues | Administradora

Licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa em 1988, detém também o MBA - Finanças pela mesma Universidade, concluído em 1996, e o 32º PADE - Programa de Alta Direção de Empresas, pela AESE, em 2007.

Iniciou carreira profissional na Arthur Andersen (atual Deloitte), onde esteve de 1988 a 1991. Trabalhou durante 5 anos em análise financeira e gestão de clientes em empresas do setor financeiro, como a Lusoleasing (atualmente, grupo Millenniumbcp) e Deutsche Bank SFAC. Em 1997, integrou o Grupo Luís Simões como Diretora de Controle Financeiro da holding LS Luís Simões SGPS, de onde saiu para constituir, em fevereiro de 2001, a equipa fundadora da PayShop (Portugal), S.A., onde é administradora desde 2002.

Sílvia Maria Correia | Administradora

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) em 1995, tendo posteriormente concluído dois programas de formação de executivos, designadamente o Programa Avançado em Marketing pela Universidade Católica em 2000 e o Curso Geral em Gestão, em 2012, pela Universidade Nova de Lisboa.

Iniciou a sua carreira profissional em 1996 como Técnica Superior no Observatório do Emprego e Formação Profissional, do Ministério da Qualificação e Emprego, integrando ainda no mesmo ano os CTT Correios de Portugal, para desempenhar funções de gestão de produto na área financeira do Grupo. Tem assumido desde esse momento e para o referido setor de atividade, funções de crescente responsabilidade, nas quais se destacam o cargo de direção comercial desempenhado entre 2004 e 2007 e a posição de Key Account Manager de 2006 a 2012. Na atualidade, ocupa funções de direção nos serviços financeiros do Grupo CTT, posição que acumula com o cargo de vogal do Conselho de Administração da PayShop (Portugal), desde novembro de 2012.

Funções dos membros do Conselho de Administração em outras empresas:

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa: Administrador - CFO dos CTT - Correios de Portugal, S.A.;

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues: Não exerce cargos em outras empresas.

Sílvia Maria Correia: Diretora dos Serviços Financeiros dos CTT - Correios de Portugal, S.A.

2. Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais

Conselho de Administração

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa: não remunerado. Exerce o cargo por inerência.

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues:

- Rendimento bruto de 84.431,59 Euros;
- Outras regalias e compensações: seguro de saúde, utilização de viatura, plafond de combustível e telemóvel de serviço;

Sílvia Maria Correia: não remunerado

Fiscal Único

- Remuneração auferida: 9.900 Euros;
- Outros serviços: 3.000 Euros;

3. CLIENTES E SERVIÇOS

No ano 2014 a PayShop disponibilizou aos seus utilizadores, a possibilidade de pagamento de faturas EDP em tempo real, de forma que possam ser processados documentos com data limite ultrapassada.

A bilhética de transportes públicos também esteve uma vez mais em evidência no Porto, tendo-se introduzido os títulos de transporte familiar CP Porto e STCP.

Como já referido, o ano de 2014, à semelhança dos três anteriores, ficou marcado por uma conjuntura económica global algo complexa.

Apesar de todos os esforços para aumentar significativamente a sua base de clientes, o ano 2014 foi de decréscimo, em número de transações (-7%), quando comparado com período homólogo anterior.

Esta redução, no número de operações, deveu-se sobretudo à performance menos positiva do mercado de carregamentos de telemóvel, que aliás ocorre desde 2010.

Durante o ano de 2014, a PayShop angariou, direta ou indiretamente (através do Grupo CTT, no qual está inserida), 25 novos clientes, fechando o ano com 594 entidades que utilizam a rede de pagamentos PayShop.

4. REDE PAYSHOP

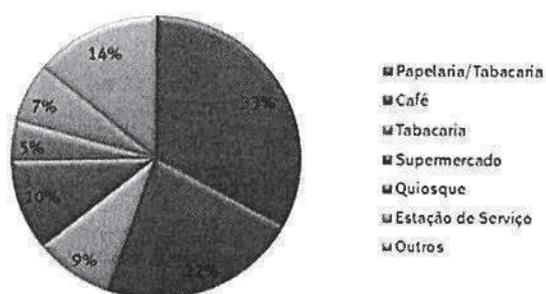
A rede em 2014 teve como objetivos manter os 4.000 pontos de pagamento e apostar na melhoria qualitativa dos mesmos.

No seguimento do contexto macroeconómico nacional, cujo efeito na rede, se fez fundamentalmente sentir ao nível do encerramento e incumprimento financeiro de vários dos estabelecimentos parceiros, houve a necessidade de terminar o contrato com 285 prestadores, terminando o ano com 3.876 logistas aderentes.

A angariação de novos estabelecimentos, que reúnam simultaneamente interesse comercial e comprovada capacidade creditícia, tem-se revelado progressivamente mais difícil. Esta situação levou a que tivessem sido instalados 273 novos pontos PayShop, no decurso de 2014, sendo a dimensão da rede por conseguinte semelhante à do ano anterior.

Tradicionalmente, e de uma forma geral, o serviço PayShop encontra-se disponível em lojas de elevada conveniência para os consumidores, tanto pela localização (locais de passagem e frequência quotidiana), como pelos horários de abertura alargados praticados pelas referidas – o que constitui *per si* uma mais-valia para as pessoas que pretendem pagar as suas contas.

Graficamente constata-se que as papelarias/tabacarias e cafés são as tipologias de estabelecimento de retalho, com maior predominância na rede.



À imagem do que ocorreu em anos anteriores, a empresa continuará a apostar na captação de novos agentes, na fidelização dos atuais e no aumento contínuo da visibilidade e notoriedade associadas à sua rede de pontos de pagamento – muito por via da manutenção do número de visitas regulares da equipa de gestores de

rede e da renovação e colocação de novos materiais de ponto de venda, de maior impacto, de forma a ser ainda mais fácil ao consumidor identificar os pontos PayShop.

Ao longo do exercício em análise, verificou-se ainda uma deterioração nos indicadores de performance da rede, devido sobretudo à queda do número de carregamentos de telemóvel nacional e ao aparecimento de duas novas empresas concorrentes.

5. MARKETING E COMUNICAÇÃO

No ano de 2014 houve um particular enfoque na realização de ações dirigidas aos utilizadores do serviço PayShop, designadamente:

1. AÇÕES DE ABRIL E MAIO

O concurso NO FIM DE CONTAS, que teve como objetivo a captação de novos utilizadores, e consequente aumento da utilização do serviço, e cujos prémios atribuídos foram 3 automóveis.

A divulgação deste concurso foi feita por via da afixação de material promocional em todos os pontos PayShop, da distribuição residencial de folheto com cupão de participação nos distritos de Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal e do web site institucional da empresa.

2. AÇÕES DE JULHO E AGOSTO

Nos meses de verão, e no âmbito do patrocínio CTT, a payshop esteve presente em diversos festivais de música, disponibilizando nestes, o seu serviço de carregamento de telemóveis. Procurou-se assim, uma vez mais, reforçar a notoriedade da marca e potenciar a experimentação do serviço, em especial pelo público mais jovem.

3. AÇÕES DE SETEMBRO E OUTUBRO

Decorreu no Grande Porto uma campanha de divulgação do serviço de Bilhética disponibilizado nesta região, no seguimento da recente inclusão de títulos de transporte CP. O mote foi "COMPRE O PASSE NA PAYSHOP. É MESMO ALI AO LADO.", tendo a promoção sido feita através de mupis – da rede de metro do Porto e Centro Comercial Dolce Vita – e de um anúncio de imprensa, no jornal Destak, onde foi integrado uma listagem com todos os agentes onde seria, à data, possível carregar/comprar os títulos de transporte abrangidos por este

serviço. Dizer ainda que esta edição especial foi distribuída em mão, por promotores, durante 3 dias, em algumas das estações do metro e da CP do Porto.

O ano de 2014 foi de resto marcado pelas habituais comunicações periódicas à rede de agentes, nomeadamente através de newsletters bimensais – PayShop news – e do programa de fidelização Clube p. Foram também realizados diversos mailings específicos, no âmbito do alargamento do serviço a títulos de transporte CP.

6. DESENVOLVIMENTO E OPERAÇÕES

Em 2014 a direção de desenvolvimento e operações (DOP) manteve o seu foco na disponibilização da plataforma técnica da PayShop, proporcionando a correta prestação dos serviços na rede de agentes, a satisfação dos utilizadores e o cumprimento dos níveis de serviço com os clientes. Simultaneamente foram concretizados um conjunto relevante de projetos, dos quais se salientam os seguintes.

1. NOVOS TERMINAIS GPRS

A empresa adquiriu novos terminais com comunicação GPRS para substituir equipamentos antigos com linha telefónica, procurando deste modo incrementar os seus níveis de eficiência.

2. FATURAS EDP ONLINE

Foi disponibilizado um novo serviço de cobrança on-line de faturas com a EDP. Com este serviço, é possível servir os utilizadores, mesmo quando estes se apresentam no agente com faturas com a data limite de pagamento ultrapassada.

3. OUTROS

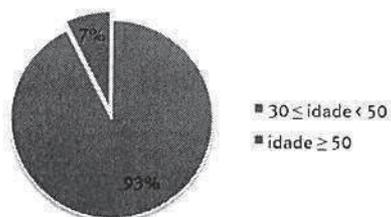
Várias iniciativas adicionais de menor dimensão foram executadas com o objetivo de otimizar processos internos, alargar a oferta de serviços ou endereçar requisitos específicos de clientes. É também de referir o esforço aplicado no apoio à rede de Postos de Correio.

7. RECURSOS HUMANOS

No ano de 2014 verificaram-se alterações na composição da equipa, que resultou na saída líquida de 2 colaboradores, afetos, respetivamente, ao departamento de planeamento, controlo e finanças e ao secretariado da empresa.

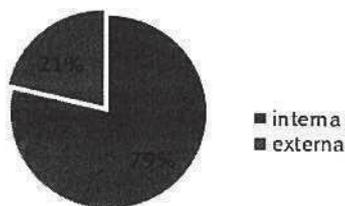
A performance da PayShop baseia-se no trabalho desenvolvido por uma equipa jovem – idade média 40 anos – e dinâmica, constituída por 11 mulheres e 16 homens, focados na melhoria constante da qualidade do trabalho, através de elevados níveis de empenho, iniciativa e dedicação, de modo a alcançar os objetivos estabelecidos pela organização.

Distribuição por faixa etária:



Ao longo do ano 2014 foram criadas condições para o desenvolvimento pessoal através da formação, on the job e externa, como meio para o envolvimento, motivação e satisfação dos colaboradores. Assim, ao longo do ano foram realizadas várias ações de formação que totalizaram 229 horas.

Distribuição da formação Interna vs Externa:



8. RESULTADOS, INVESTIMENTO e FINANCIAMENTO

Em termos de rendimentos de exploração e rentabilidade, a PayShop encerrou o exercício de 2014 com um decréscimo de 3%, para 15,9 milhões de Euros, o que se traduziu numa margem EBITDA de aproximadamente 50% e um resultado líquido de 5,6 milhões de Euros.

O rendimento operacional resultante do processamento de operações de pagamento reduziu-se aproximadamente 548 mil Euros face ao ano de 2013.

No que respeita aos custos fixos e semifixos, sublinha-se a significativa redução nos custos de comunicação dos terminais de pagamento (-183 mil Euros) e da linha de apoio ao agente (-39 mil Euros). Por contraponto, evidência-se o ligeiro aumento nos custos com o serviço de contabilidade (+ 29 mil Euros).

Em termos dos custos variáveis, o seu decréscimo deveu-se essencialmente à redução dos gastos com as remunerações da rede de pontos de pagamento e do valor pago sob a forma de royalties, no seguimento da diminuição do número de operações processadas no ano.

No exercício em análise, a empresa gerou um cash-flow operacional elevado, tendo encerrado 31 de dezembro com significativas disponibilidades e uma sólida situação financeira. À semelhança dos anos anteriores, os resultados revertem na totalidade para o acionista único da empresa, os CTT Correios de Portugal, sob a forma de dividendos distribuídos.

9. PERSPETIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Para 2015 e apesar de se esperar que o consumo privado possa crescer face ao ano anterior, prevê-se que a conjuntura económica permaneça algo desfavorável, persistindo algumas medidas que reduzem o rendimento disponível dos particulares. Não obstante este enquadramento, o desafio colocado à gestão é que o próximo ano seja de crescimento, como aliás tem sido a regra.

O crescimento assentará em três eixos principais: o aumento do número de utilizadores, a melhoria da qualidade da rede e os novos serviços.

No primeiro eixo, realizaremos ações direcionadas ao consumidor que visem aumentar, à semelhança do que regularmente procuramos fazer, o número de portugueses que usam a PayShop, designadamente através do lançamento de novas iniciativas de marketing. Estas ações serão igualmente relevantes para contrariar a tendência de decréscimo acentuado do serviço de carregamento de telemóveis – que se mantém, como anteriormente referido, o nosso principal serviço.

A nível da rede da PayShop, o facto de se estimar que o crédito malparado em Portugal venha a atingir um pico no próximo ano, antes de iniciar a trajetória em sentido descendente, não obstante o indicador de clima económico de Portugal ter vindo a aumentar ligeiramente, recomenda que procuremos, uma vez mais, minimizar os riscos de cobrança e garantir a qualidade de crédito da rede em detrimento do seu crescimento. Saliemos que é possível que, em 2015, a rede possa, uma vez mais, reduzir-se face à dimensão atual, caso se venha a revelar impossível a contratação de novos lojistas que cumpram os critérios de qualidade e risco exigidos.

Procuraremos lançar novos serviços e conquistar clientes de forma permanente, como eixo de crescimento indispensável à inovação e sustentabilidade económica. Em particular, estaremos atentos às oportunidades de negócio de serviços relacionados com a Administração Pública.

Os elevados níveis de disponibilidade e qualidade de serviço a que habituámos os nossos lojistas, clientes e utilizadores irão continuar a merecer a habitual extrema atenção, convictos como estamos do enorme papel que têm na sustentabilidade económica da empresa e nos reconhecidamente altos níveis de eficiência alcançados.

Esperamos continuar a apresentar níveis de rentabilidade interessantes em 2015 e procuraremos garantir o empenho e estabilidade dos nossos colaboradores para atingir os objetivos traçados pelo acionista.

10. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi positivo no valor de 5.566.929,47 Euros.

Propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

- Para gratificações de balanço a colaboradores e administradores, um montante máximo de 41.450,00 Euros;
- Para dividendos ao accionista: 5.525.479,47 Euros;

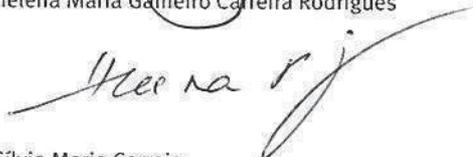
Lisboa, 26 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa



Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues



Sílvia Maria Correia



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signature

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Unidade Monetária: Euro

	NOTAS	2014	2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	692.985	550.657
Ativos intangíveis	8	-	33.334
Total do ativo não corrente		692.985	583.991
Ativo corrente			
Clientes	11	1.484.222	1.831.990
Outras contas a receber	11	14.567	92.130
Diferimentos	12	22.382	17.689
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.181.642	7.362.717
Total do ativo corrente		8.702.813	9.304.526
Total do ativo		9.395.798	9.888.517
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	1.500.000	1.500.000
Reservas legais	15	300.000	300.000
Outras variações no capital próprio		765	765
Resultado líquido do período		5.566.929	5.671.966
Total do capital próprio		7.367.694	7.472.731
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	388.902	386.970
Total do passivo não corrente		388.902	386.970
Passivo corrente			
Fornecedores	20	309.637	417.927
Estado e outros entes públicos	21	360.616	365.307
Acionistas/ sócios e empresas do Grupo	5	50.513	467.661
Outras contas a pagar	20	918.436	777.921
Total do passivo corrente		1.639.202	2.028.816
Total do passivo		2.028.104	2.415.786
Total do capital próprio e do passivo		9.395.798	9.888.517

As notas anexas fazem parte integrante dos balanços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Costa
Silvestre

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

		Unidade Monetária: Euro	
	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados	22	15.544.280	16.091.894
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias e associadas		(1.932)	-
Fornecimentos e serviços externos	24	(6.631.673)	(7.174.289)
Gastos com o pessoal	25	(838.646)	(904.802)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11 e 13	(136.849)	25.131
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	11	(9.854)	-
Outros rendimentos e ganhos	23	371.957	344.093
Outros gastos e perdas	27	(360.853)	(161.477)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>7.936.429</u>	<u>8.220.550</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26	(287.006)	(272.177)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>7.649.423</u>	<u>7.948.373</u>
Juros e gastos similares incorridos	28	(1.395)	(478)
Resultados antes de impostos		<u>7.648.028</u>	<u>7.947.895</u>
Imposto sobre o rendimento	30	(2.081.099)	(2.275.929)
Resultado líquido do período		<u>5.566.929</u>	<u>5.671.966</u>
Resultado por ação	17	18,56	18,91

As notas anexas fazem parte integrante dos balanços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Fátima Costa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aluísio J. L. Silva
Silviana
Helena J.

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

UNIDADE MONETÁRIA: Euro

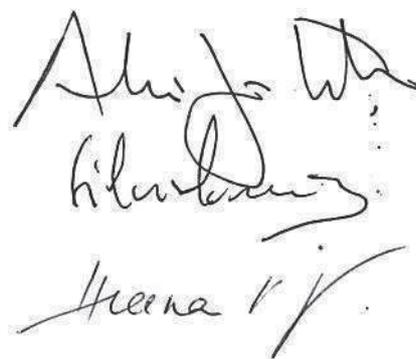
NOTAS	2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	19.527.415	19.152.283
Pagamentos a fornecedores	(8.476.015)	(8.690.017)
Pagamentos ao pessoal	(824.715)	(864.055)
	Caixa gerada pelas operações	9.598.211
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(2.499.925)	(2.020.576)
Pagamento de outros impostos	(1.868.213)	(1.982.623)
Outros recebimentos/pagamentos	(90.213)	(128.086)
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	5.768.334
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	119.952	133.105
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(396.000)	(46.785)
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	86.320
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(1.395)	(478)
Dividendos	(5.671.966)	(4.916.327)
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(4.916.805)
	Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	636.441
	Caixa e seus equivalentes no início do período	6.726.276
	Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.362.717

As notas anexas fazem parte integrante dos balanços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade Monetária: Euro

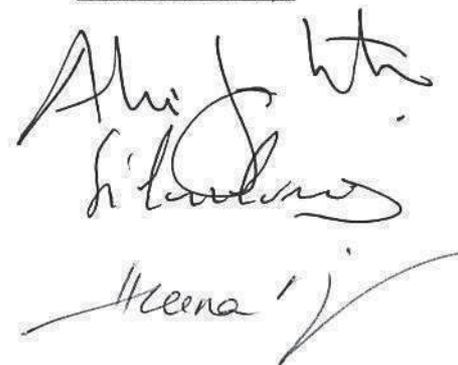
	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2013		1.500.000	300.000	765	4.916.327	6.717.092
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Realização dos excedentes de revalorização de AFT e AI		-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31/12/2012		-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					5.671.966	5.671.966
RESULTADO INTEGRAL					5.671.966	5.671.966
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	(4.916.327)	(4.916.327)
		-	-	-	(4.916.327)	(4.916.327)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		1.500.000	300.000	765	5.671.966	7.472.731
Saldo em 1 de Janeiro de 2014		1.500.000	300.000	765	5.671.966	7.472.731
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Realização dos excedentes de revalorização de AFT e AI		-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31/12/2013		-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					5.566.929	5.566.929
RESULTADO INTEGRAL					5.566.929	5.566.929
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	(5.671.966)	(5.671.966)
		-	-	-	(5.671.966)	(5.671.966)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		1.500.000	300.000	765	5.566.929	7.367.694

As notas anexas fazem parte da demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EMPRESA PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Payshop (Portugal), S.A. ("Payshop" ou "Empresa"), com sede na Av. D. João II, nº 13 em Lisboa, é uma sociedade anónima, tendo sido constituída sob a forma de sociedade por quotas em 29-11-2000 com um capital de 5.000 Euros e tem como atividade principal a prestação de todos os serviços de pagamentos permitidos por lei às Instituições de Pagamento.

Em abril de 2001 verificou-se um aumento do capital social para 500.000 Euros e a transformação da Empresa em sociedade anónima.

Em abril de 2002, o capital social foi de novo aumentado para 3.750.000 Euros, tendo-se verificado a entrada de três novos acionistas. Em março de 2004 ocorreu a venda de 99,38% das ações representativas do capital social da Empresa aos CTT – Correios de Portugal, S. A. – Sociedade Aberta, com sede na Avenida D. João II, nº 13, 1999-001 em Lisboa, e durante o mês de junho ocorreu a venda dos restantes 0,62% à mesma entidade, a qual passou a ser o seu acionista único.

Em maio de 2007 a Empresa procedeu a uma redução do capital social de 3.750.000 Euros para 1.500.000 Euros, ficando o mesmo representado por 300.000 ações com o valor nominal unitário de 5 Euros.

Nos termos do art.º 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado que os CTT – Correios de Portugal, S.A., elaboram contas consolidadas e são titulares da totalidade das partes de capital da Empresa.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as retificações da Declaração de Retificação nº67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de agosto;

- Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura conceptual);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") que integram o SNC. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no art.º 1º da Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

O normativo SNC foi utilizado na elaboração das demonstrações financeiras pela primeira vez em 2010, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009 e findo em 31 de dezembro de 2009 de forma a apresentar as demonstrações financeiras reexpressas para efeitos comparativos.

Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho e as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") e as respetivas interpretações ("SIC/IFRIC") do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2014 e de 2013 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (Nota 6) são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 – 10

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2. Concentração de atividades empresariais e goodwill

A aquisição de empresas subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas é contabilizada pela aplicação do método da compra. Na data em que a aquisição ocorre, esta é registada pelo seu custo, sendo este constituído pelo agregado (i) dos justos valores, à data da aquisição, dos ativos e passivos identificáveis da adquirida, e (ii) de quaisquer custos diretamente atribuíveis à concentração em causa.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida constitui o *goodwill* (Nota 7), em conformidade com o estabelecido na NCRF 14 – Concentração de Atividades Empresariais. Decorrente da exceção prevista no NCRF 3 – Adoção pela Primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, a Empresa aplicou as disposições da NCRF 14 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2009. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2009 foram mantidos, pelas quantias líquidas apresentadas nessa data, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O *goodwill* não é amortizado. O seu valor recuperável é avaliado anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio. As perdas por imparidade não são revertíveis.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos, a diferença apurada é registada como ganho financeiro na Demonstração dos resultados por naturezas do período em que ocorre a aquisição.

Na alienação de uma empresa subsidiária, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos valia.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (Nota 8) são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente licenças e outros direitos de uso.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 5 anos. Exceção para os ativos respeitantes a propriedade industrial, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objeto de amortização, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.4. Participações financeiras

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto (empresas subsidiárias), nas que exerce influência significativa, geralmente onde a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto (empresas associadas) ou nas que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em "Participações financeiras – método da equivalência patrimonial", pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão (Nota 18).

3.5. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas" na Demonstração de resultados por naturezas do período (Notas 23, 27 e 29).

As diferenças de câmbio positivas relativas a atividades de investimento são relevadas na demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” e as negativas como “Outros gastos e perdas” (Nota 29).

As taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes (X de moeda estrangeira por 1 Euro):

	2014		2013	
	Fecho	Médio	Fecho	Médio
Metical de Moçambique (MZN)	38,53	40,67	41,24	39,67
Dólar dos USA (USD)	1,2141	1,3288	1,3791	1,3282

3.6. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

3.7. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 11). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante

de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e seus equivalentes" é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos" (Nota 4).

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores (Nota 20) são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio (Nota 14) só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.8. Resultados por ação

Os resultados por ação (Nota 17) são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

3.9. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

3.10. Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões (Nota 18) quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão para participações financeiras.

São constituídas provisões para reestruturação sempre que um plano formal detalhado de reestruturação tenha sido aprovado pela Empresa e este tenha sido iniciado ou divulgado publicamente.

São constituídas provisões para os custos de desmantelamento, remoção do ativo e restauração do local de certos ativos, quando esses ativos começam a ser utilizados e seja possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade, ou quando existe o compromisso contratual de reposição de espaços alugados por terceiros.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

3.11. Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais (Nota 19).

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação (Nota 24).

3.12. Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Nota 22).

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade.

3.13. Imposto sobre o rendimento ("IRC")

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede IRC, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efetuadas por terceiros são registadas no balanço como contas a pagar e a receber dos CTT.

O imposto sobre o rendimento (Nota 30) corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período calculado de acordo com as leis fiscais vigentes à data do balanço. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). No entanto, as únicas declarações fiscais da Empresa que podem ainda ser sujeitas a revisão são as de 2011, uma vez que as anteriores a 2010 já foram sujeitas a inspeção.

3.14. Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou de "Credores por acréscimos de gastos" relevados nas rubricas de balanço de "Outras contas a receber" e "Outras contas a pagar", respetivamente (Notas 11 e 20). Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de "Diferimentos" do passivo e do ativo, respetivamente (Nota 12).

3.15. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade do Goodwill

A Empresa testa o *goodwill*, pelo menos anualmente, com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade, de acordo com a política referida na Nota 3.2. O cálculo dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão baseada na experiência passada, bem como nas expectativas futuras de evolução da respetiva atividade. Na avaliação subjacente aos cálculos efetuados são utilizados pressupostos baseados na informação disponível quer do negócio, quer do enquadramento macro - económico.

(iii) Imparidade de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do cliente e outros devedores e da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e outros devedores. Caso as condições financeiras dos clientes se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

(iv) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.16. Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrentes das suas atividades, podendo incorrer em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações (Nota 31)

fe

Contudo, a atividade da Empresa é de natureza essencialmente não industrial, sendo relativamente reduzida a incorporação de *inputs* materiais nos seus processos de prestação de serviços, sendo a sua pegada ecológica direta limitada.

Uma análise comparativa empírica permite estimar que o peso dos impactes ambientais da atividade da Empresa é em termos relativos, bastante inferior ao seu contributo para geração de valor no tecido económico e social nacional.

3.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos") são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais (Nota 32).

4. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de investimento incluem, nomeadamente aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos e recebimentos de juros e de dividendos. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários, detalha-se como segue:

	2014	2013
Numerário	250	250
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.932.492	677.467
Aplicações de tesouraria	2.248.900	6.685.000
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	7.181.642	7.362.717
Descobertos bancários	-	-
Caixa e seus equivalentes (Demonstração dos fluxos de caixa)	7.181.642	7.362.717

5. PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota 1, a Empresa é integralmente detida pelos CTT SA. Consequentemente todas as empresas que fazem parte do Grupo CTT foram consideradas como partes relacionadas da Empresa, i.e., o conceito de partes relacionadas inclui não apenas as suas próprias entidades subsidiárias e associadas mas também outras empresas subsidiárias dos CTT.

Os termos ou condições praticados entre as partes relacionadas são em regra substancialmente idênticos aos que normalmente são contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No decurso dos períodos findo em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2014							
	Cientes e outras contas receber	Ajustamentos	Acionistas e empresas do Grupo (SDevedores)	Ajustamentos	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas e empresas do Grupo (SCredores)	Rendimentos	Gastos
Acionistas	451.356	-	-	-	150.715	50.513	3.964.087	1.606.246
Empresas do Grupo CTT								
Associadas	806.382	(806.382)	182.366	(182.366)	-	-	104.060	1.932
Outras partes relacionadas	3.591	-	-	-	99.351	-	5.749	1.019.740
Membros do								
Conselho Administração	-	-	-	-	-	-	-	122.011
Fiscal Único	-	-	-	-	-	-	-	12.900
	1.261.330	(806.382)	182.366	(182.366)	250.065	50.513	4.073.897	2.762.829

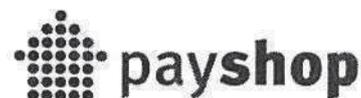
	2013							
	Cientes e outras contas receber	Ajustamentos	Acionistas e empresas do Grupo (SDevedores)	Ajustamentos	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas e empresas do Grupo (SCredores)	Rendimentos	Gastos
Acionistas	421.104	-	-	-	182.678	467.661	3.818.326	1.628.440
Empresas do Grupo CTT								
Associadas	719.210	(719.210)	172.511	(172.511)	-	-	7.909	32.334
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	104.841	-	-	998.617
Membros do								
Conselho Administração	-	-	-	-	-	-	-	108.186
Fiscal Único	-	-	-	-	-	-	-	15.820
	1.140.314	(719.210)	172.511	(172.511)	287.519	467.661	3.826.235	2.783.397

A Empresa releva os empréstimos concedidos a empresas do Grupo e os empréstimos obtidos de empresas do Grupo nas rubricas de "Acionistas/ sócios e empresas do Grupo".

Os gastos com Fiscal Único correspondem à totalidade das suas remunerações no período indicado.

Em 2014 está reconhecida em perdas por imparidade a totalidade da dívida da Payshop Moçambique, com a extensão de 182.366 Euros (172.511 Euros em 2013) referentes a empréstimos, 63.177 Euros relativos a faturação a clientes e 743.205 Euros da cessão da dívida feita pela CTT-GEST.

Relatório e Contas 2014



Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais saldos devedores e credores era como segue:

		2014						
	Clientes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Outras contas a receber	Ajustamentos por imparidade	Total de contas a receber (valor líquido)	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Acionistas								
CTT - Correios de Portugal, SA	451.356	-	-	-	451.356	150.715	50.513	201.228
Associadas								
Payshop Moçambique, SARL	63.177	182.366	743.205	(988.748)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
CTT-Gest, SA	-	-	-	-	-	92.095	-	92.095
CTExpresso, SA	3.591	-	-	-	3.591	7.071	-	7.071
Mailtec Comunicação, SA	-	-	-	-	-	185	-	185
EAD	-	-	-	-	-	-	-	-
	518.124	182.366	743.205	(988.748)	454.947	250.066	50.513	300.579

		2013						
	Clientes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Outras contas a receber	Ajustamentos por imparidade	Total de contas a receber (valor líquido)	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Acionistas								
CTT - Correios de Portugal, SA	421.104	-	-	-	421.104	182.678	467.661	650.339
Associadas								
Payshop Moçambique, SARL	56.167	172.511	663.043	(891.721)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
CTT-Gest, SA	-	-	-	-	-	96.747	-	96.747
CTExpresso, SA	-	-	-	-	-	7.631	-	7.631
Mailtec Comunicação, SA	-	-	-	-	-	403	-	403
EAD	-	-	-	-	-	60	-	60
	477.271	172.511	663.043	(891.721)	421.104	287.519	467.661	755.180

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, das principais transações era como segue:

		2014			
		Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas
Acionistas					
CTT - Correios de Portugal, SA		3.803.602	160.485	1.606.246	-
Associadas					
Payshop Moçambique, SARL		-	104.060	-	1.932
Outras partes relacionadas					
CTT-Gest, SA		-	-	883.276	-
CTExpresso, SA		-	5.749	71.983	-
Mailtec Comunicação, SA		-	-	4.811	-
Postcontacto, Lda		-	-	59.670	-
EAD		-	-	-	-
		3.803.602	270.295	2.625.986	1.932

	2013			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas
Acionistas				
CTT- Correios de Portugal, SA	3.645.012	173.315	1.628.440	-
Associadas				
Payshop Moçambique, SARL	-	7.909	-	32.334
Outras partes relacionadas				
CTT-Gest, SA	-	-	908.355	-
CTTExpresso, SA	-	-	84.374	-
Mailtec Comunicação, SA	-	-	4.278	-
EAD	-	-	1.610	-
	<u>3.645.012</u>	<u>181.224</u>	<u>2.627.057</u>	<u>32.334</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais fluxos de caixa era como segue:

	2014				
	Pagamentos			Recebimentos	
	Atividades operacionais	Atividades financiamento	Total pagamentos	Atividades operacionais	Total recebimentos
Acionistas					
CTT- Correios de Portugal, SA	2.131.425	5.671.966	7.803.390	4.967.385	4.967.385
Outras partes relacionadas					
CTT-Gest, SA	1.091.082	-	1.091.082	-	-
CTTExpresso, SA	161.121	-	161.121	2.158	2.158
Mailtec Comunicação, SA	6.135	-	6.135	-	-
EAD	524	-	524	-	-
Tourline Express Mensajería	-	-	-	-	-
	<u>3.390.287</u>	<u>5.671.966</u>	<u>9.062.253</u>	<u>4.969.544</u>	<u>4.969.544</u>

	2013				
	Pagamentos			Recebimentos	
	Atividades operacionais	Atividades financiamento	Total pagamentos	Atividades operacionais	Total recebimentos
Acionistas					
CTT- Correios de Portugal, SA	2.023.967	4.916.327	6.940.294	4.399.824	4.399.824
Outras partes relacionadas					
CTT-Gest, SA	1.109.898	-	1.109.898	-	-
CTTExpresso, SA	103.366	-	103.366	-	-
Mailtec Comunicação, SA	5.295	-	5.295	-	-
EAD	1.998	-	1.998	-	-
Tourline Express Mensajería	1.455	-	1.455	-	-
	<u>3.245.979</u>	<u>4.916.327</u>	<u>8.162.306</u>	<u>4.399.824</u>	<u>4.399.824</u>

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos "Ativos fixos tangíveis", bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014			Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	2.510.946	132.114	68.171	2.711.231
Aquisições	396.000	-	-	396.000
Saldo final	2.906.946	132.114	68.171	3.107.231
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	1.960.361	132.058	68.155	2.160.574
Depreciações do período	253.639	33	-	253.672
Saldo final	2.214.000	132.091	68.155	2.414.246
Ativos fixos tangíveis líquidos	692.946	23	16	692.985
	2013			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	2.298.760	132.114	68.171	2.499.045
Aquisições	212.186	-	-	212.186
Saldo final	2.510.946	132.114	68.171	2.711.231
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	1.728.640	131.861	67.896	1.928.397
Depreciações do período	231.721	197	259	232.177
Saldo final	1.960.361	132.058	68.155	2.160.574
Ativos fixos tangíveis líquidos	550.585	56	16	550.657

As depreciações do período, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, no montante de, 253.672 Euros e 232.177 Euros, respetivamente, foram registadas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos resultados por naturezas (Nota 26).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos tangíveis foram: aquisição de 2.200 terminais no valor de 396.000 Euros.

7. GOODWILL

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a composição do *Goodwill* era a seguinte:

Entidade	Ano da aquisição	2014	2013
Empresas associadas			
Payshop Moçambique, SARL	2008	235.946	235.946
Imparidade		(235.946)	(235.946)
		-	-

No período findo em 31 de dezembro de 2010 foi registada uma perda por imparidade no valor total do *Goodwill* registado à data, pelo que o valor atualmente registado nesta rubrica é zero.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não se registaram quaisquer outros movimentos em *Goodwill*.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

fc.

	2014	
	Propriedade industrial	Total
Ativos intangíveis		
Saldo inicial	407.859	407.859
Saldo final	407.859	407.859
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	374.525	374.525
Amortizações do período	33.334	33.334
Saldo final	407.859	407.859
Ativos intangíveis líquidos	-	-
	2013	
	Propriedade industrial	Total
Ativos intangíveis		
Saldo inicial	407.859	407.859
Saldo final	407.859	407.859
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	334.525	334.525
Amortizações do período	40.000	40.000
Saldo final	374.525	374.525
Ativos intangíveis líquidos	33.334	33.334

As amortizações do período, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, no montante de 33.334 Euros em ambos os períodos, foram registadas na rubrica "Gastos/ reversões de depreciação e de amortização" (Nota 26).

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa detinha a seguinte participação financeira:

Empresa associada	Sede	Percentagem de participação	
		2014	2013
Payshop Moçambique, SARL	Av. 25 de Setembro, 1462 (Túnel) Maputo - Moçambique	35%	35%

No âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial, o investimento efetuado na Payshop Moçambique, SARL, foi reduzido a zero em anos anteriores. Assim, o reconhecimento de perdas adicionais nesta associada é efetuado mediante o reconhecimento de uma provisão, na medida em que a Empresa incorre numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada (Notas 3.4, 3.10, e 18).

10 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Empresa acarretam exposição a riscos financeiros, nomeadamente: (i) riscos de crédito - risco dos seus devedores não cumprirem com as suas obrigações financeiras, (ii) riscos de mercado - fundamentalmente o das taxas de juro e o das taxas de câmbio, os quais estão associados, respetivamente, ao risco do impacto da variação das taxas de juro de mercado nos ativos e passivos financeiros e nos resultados e ao risco de flutuação do justo valor dos ativos e passivos financeiros em resultado de alterações nas taxas de câmbio e, (iii) riscos de liquidez - risco de que se venham a encontrar dificuldades para satisfazer obrigações associadas a passivos financeiros.

Por risco financeiro, entende-se justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da Empresa.

A gestão do risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Empresa.

Dos riscos financeiros destacam-se os riscos de crédito, os riscos de mercado, de taxa de juro e cambial, e os riscos de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores (agentes), relacionados com a atividade operacional da Empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes e agentes da Empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Este risco é monitorizado numa base regular com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes e agentes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco dos clientes e agentes;
- As condições financeiras dos clientes e agentes.

O movimento das perdas por imparidade em contas a receber encontra-se divulgado na nota 11.

Em 31 de dezembro de 2014, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria.

Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira da Empresa.

Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, a Empresa acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/ taxa por um lado e risco/ rentabilidade por outro.

As aplicações dos excedentes de tesouraria, beneficiaram de um rendimento financeiro de, aproximadamente, 74.662 Euros no período de 2014.

Risco cambial

A Empresa detém créditos sobre a Payshop de Moçambique expressos em dólares americanos no montante de 978.471 dólares. Não existe risco cambial uma vez que estes créditos estão cobertos integralmente por perdas de imparidade.

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração do acionista. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

As principais obrigações contratuais da Empresa são as relacionadas com as locações operacionais e outros compromissos financeiros não contingentes.

Em 31 de dezembro de 2014 as obrigações relacionadas com locações operacionais eram as seguintes:

	Até 1 ano	2014 Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Total
Obrigações com locações operacionais	60.595	156.882	217.477
Total de obrigações contratuais	60.595	156.882	217.477

CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” apresentavam a seguinte composição:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Clientes						
Correntes	1.606.191	(121.969)	1.484.222	1.939.916	(107.926)	1.831.990
	1.606.191	(121.969)	1.484.222	1.939.916	(107.926)	1.831.990
Outras contas a receber						
Correntes	1.185.450	(1.170.883)	14.567	1.144.482	(1.052.352)	92.130
	1.185.450	(1.170.883)	14.567	1.144.482	(1.052.352)	92.130
	2.791.640	(1.292.852)	1.498.788	3.084.398	(1.160.278)	1.924.120

Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a antiguidade do saldo do item “Clientes” é detalhada conforme se segue:

	2014			2013		
	Empresas do Grupo	Outros clientes	Total	Empresas do Grupo	Outros clientes	Total
Clientes						
Saldo não vencido	452.502	910.709	1.363.212	421.104	873.926	1.295.030
Saldo vencido:						
0-30 dias	-	134.039	134.039	-	126.726	126.726
30-90 dias	1.487	25	1.512	-	410.236	410.236
90-180 dias	958	61	1.019	-	-	-
180-360 dias	-	933	933	-	-	-
> 360 dias	-	105.476	105.476	-	107.924	107.924
	454.948	1.151.243	1.606.191	421.104	1.518.812	1.939.916

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Outras contas a receber” apresentava o seguinte detalhe:

fe.

	2014	2013
Corrente		
Payshop Moçambique	743.205	663.043
Agentes contas a receber	427.678	415.893
Outros	14.567	65.546
	<u>1.185.450</u>	<u>1.144.482</u>

Imparidade em clientes, outras contas a receber e associadas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido em “Perdas por imparidade acumuladas” (Nota 13) foi como segue:

	2014				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências / Utilizações	
Cientes	107.926	14.043	-	-	121.969
Outras contas a receber	1.052.352	154.849	(32.043)	(4.275)	1.170.883
Associadas	172.511	9.854	-	-	182.366
	<u>1.332.789</u>	<u>178.746</u>	<u>(32.043)</u>	<u>(4.275)</u>	<u>1.475.218</u>

	2013				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências / Utilizações	
Cientes	109.929	-	(2.003)	-	107.926
Outras contas a receber	1.086.743	53.300	(73.147)	(14.544)	1.052.352
Associadas	175.792	-	(3.281)	-	172.511
	<u>1.372.464</u>	<u>53.300</u>	<u>(78.431)</u>	<u>(14.544)</u>	<u>1.332.789</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram registadas perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) em dívidas a receber no montante de 146.703 Euros desfavoráveis e 25.131 Euros favoráveis, respetivamente, na rubrica de “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) da Demonstração de resultados por naturezas.

O valor de 146.703 Euros desfavoráveis refere-se aos seguintes movimentos de ajustamentos reconhecidos em 2014:

178.746 Euros de reforço da dívida de Agentes Payshop e atualização cambial de dívidas da Payshop Moçambique (valor líquido).

32.043 Euros de recuperação de dívida de Agentes Payshop (valor líquido).

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente apresentava a seguinte composição:

fe

	2014	2013
Diferimentos ativos (Gastos a reconhecer)		
Correntes		
Outros (Seguros, etc.)	22.382	17.689
	<u>22.382</u>	<u>17.689</u>

13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidades acumuladas:

	2014				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências / Utilizações	
Goodwill (Nota 7)	235.946	-	-	-	235.946
Associadas (Nota 11)	172.511	9.854	-	-	182.366
Clientes e outras contas receber (Nota 11)	1.160.278	168.892	(32.043)	(4.275)	1.292.852
	<u>1.568.735</u>	<u>178.746</u>	<u>(32.043)</u>	<u>(4.275)</u>	<u>1.711.164</u>

	2013				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências / Utilizações	
Goodwill (Nota 7)	235.946	-	-	-	235.946
Associadas (Nota 11)	175.792	-	(3.281)	-	172.511
Clientes e outras contas receber (Nota 11)	1.196.672	53.300	(75.150)	(14.544)	1.160.278
	<u>1.608.410</u>	<u>53.300</u>	<u>(78.431)</u>	<u>(14.544)</u>	<u>1.568.735</u>

Dos 168.892 Euros registados em aumentos da imparidade da rubrica "Clientes e outras contas a receber" efetuado em 2014, 74.686 Euros dizem respeito a reforço de Agentes Payshop e os restantes a reforços ocorridos, por atualizações cambiais nas dívidas da Payshop Moçambique.

A reversão da imparidade da rubrica "Clientes e outras contas a receber" efetuado em 2014, no montante de 32.043 Euros, diz respeito a regularizações de Agentes Payshop.

A imparidade da rubrica "Associadas" refere-se à totalidade dos empréstimos concedidos à Payshop Moçambique, tendo sido sujeita a atualização cambial em 2014.

14. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Capital

Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa era composto por 300.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, sendo detido na totalidade pelos CTT e encontra-se totalmente realizado.

15. RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de "Reservas legais" apresentava o seguinte detalhe:

	2014	2013
Saldo inicial	300.000	300.000
Saldo final	300.000	300.000

Resultados transitados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de "Resultados transitados":

	2014	2013
Saldo inicial	-	-
Aplicação do resultado do período anterior	5.671.966	4.916.327
Outras variações (distribuição ao acionista)	(5.671.966)	(4.916.327)
Saldo final	-	-

16. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral realizada em 16 de abril de 2014, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 18,91 Euros referente ao período de 2013, tendo sido pago o dividendo total de 5.671.966 Euros no mês de maio de 2014, relativo à totalidade do resultado líquido de 2013.

Na Assembleia Geral realizada em 6 de maio de 2013, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 16,39 Euros referente ao período de 2012, tendo sido pago o dividendo total de 4.916.327 Euros no mês de junho de 2013, relativo à totalidade do resultado líquido de 2012.

17. RESULTADOS POR AÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os resultados por ação foram calculados como segue:

	2014	2013
Resultado líquido do período	5.566.929	5.671.966
Nº médio de ações ordinárias	300.000	300.000
Resultado líquido por ação	18,56	18,91

18. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, as "Provisões" constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

fc.

	2014			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões não correntes				
Dívidas Payshop Moçambique	173.131	-	-	173.131
Participações financeiras	213.839	1.932	-	215.772
	<u>386.970</u>	<u>1.932</u>	<u>-</u>	<u>388.902</u>
	2013			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões não correntes				
Dívidas Payshop Moçambique	173.131	-	-	173.131
Participações financeiras	220.815	-	(6.976)	213.839
	<u>393.946</u>	<u>-</u>	<u>(6.976)</u>	<u>386.970</u>

As reversões respeitam a anulações por as quantias provisionadas se revelarem desnecessárias.

A provisão para participações financeiras corresponde à assunção pela Empresa de obrigações legais ou construtivas relativas à associada Payshop Moçambique.

O valor de 1.932 Euros corresponde à atualização do câmbio dos capitais próprios negativos à data da aquisição da participação na Payshop Moçambique.

Passivos contingentes e compromissos

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa não tem responsabilidades contingentes e compromissos de compra.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa tinha assumido compromissos por garantias prestadas a terceiros para cobertura de concursos promocionais no montante de 60.720 Euros.

O detalhe das garantias prestadas era como segue:

Descrição	2014	2013
Garantias bancárias solicitadas pela empresa a favor de terceiros:		
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	50.000	50.000
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	-	14.000
Águas do Porto, E.M	10.720	-
	<u>60.720</u>	<u>64.000</u>

No período findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa não assumiu outros compromissos além dos que se encontram relevados nas presentes demonstrações financeiras.

19. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Empresa mantinha responsabilidades de médio e longo prazo em contratos de locação operacional, com cláusula de penalização em caso de cancelamento. O montante total dos pagamentos futuros respeitante a locações operacionais é o seguinte:

	2014	2013
Até 1 ano	60.595	22.141
Entre 1 ano e 5 anos	156.882	-
	<u>217.477</u>	<u>22.141</u>

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2014 e a 31 de dezembro de 2013, os gastos incorridos com contratos de locação operacional foram de 56.972 Euros e 41.147 Euros, respetivamente, e encontram-se reconhecidos em "Rendas e alugueres" na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" da Demonstração dos resultados por natureza (Nota 24).

20. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as rubricas "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a antiguidade do saldo da rubrica de "Fornecedores" era conforme se segue:

	2014			2013		
	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total
Fornecedores, conta corrente:						
Não vencido	250.075	43.999	294.074	287.518	128.588	416.106
0-30 dias	-	3.058	-	-	-	-
30-90 dias	(9)	(832)	(842)	-	769	769
90-180 dias	-	4.324	4.324	-	-	-
180-360 dias	-	8.196	8.196	-	-	-
> 360 dias	-	827	827	-	1.052	1.052
	<u>250.065</u>	<u>59.571</u>	<u>309.637</u>	<u>287.518</u>	<u>130.409</u>	<u>417.927</u>

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o detalhe da rubrica "Outras contas a pagar" era conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Corrente		
Fornecedores de investimento	-	-
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	80.760	83.992
Campanhas incentivo p/agentes	281.557	250.023
Comissões de Agentes	437.126	426.944
Outros credores por acréscimo de gastos	76.005	12.100
Outros credores		
Outros	<u>42.987</u>	<u>4.862</u>
	<u>918.436</u>	<u>777.921</u>

O valor de 281.557 Euros refere-se, na sua maioria, aos pontos vencidos e ainda não utilizados pelos agentes no âmbito do "Prémio Club P", programa de incentivo às vendas pelos agentes da rede Payshop.

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Passivo corrente	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	-	18.419
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	28.738	11.882
Imposto sobre o valor acrescentado	315.893	317.760
Contribuições para a Segurança Social	<u>15.985</u>	<u>17.246</u>
	<u>360.616</u>	<u>365.307</u>

O passivo corrente relativo ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (Nota 30), que se encontra refletido na rubrica de "Acionistas/sócios e empresas do Grupo", uma vez que a Empresa está abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (nota 3.13), foi apurado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Estimativa de imposto (Nota 30)	2.081.099	2.275.929
Pagamentos por conta	(2.000.250)	(1.775.448)
Retenção na Fonte	<u>(30.532)</u>	<u>(32.819)</u>
	<u>50.317</u>	<u>467.661</u>

22. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, as categorias significativas do réditto da Empresa eram as seguintes:

	2014	2013
Prestação de serviços	15.544.280	16.091.894
	<u>15.544.280</u>	<u>16.091.894</u>

23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" era conforme se segue:

	2014	2013
Juros obtidos	74.662	158.229
Rendimentos suplementares	191.785	173.315
Diferenças de câmbio favoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	104.060	7.909
Outros	1.449	4.640
	<u>371.957</u>	<u>344.093</u>

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" tinha a seguinte composição:

fk

	2014	2013
Serviços especializados		
Comissões	3.807.344	4.030.101
Pessoal cedido	188.786	171.235
Publicidade	253.774	383.494
Call center	123.326	162.424
Data center	134.755	134.755
Conservação e reparação	10.684	16.377
Outros serviços especializados	169.104	154.574
Materiais	80.665	103.243
Energia e fluídos	29.223	32.180
Deslocações	2.969	4.899
Serviços diversos		
Rendas e alugueres		
Aluguer operacional (Nota 19)	56.972	41.147
Outras rendas e alugueres	83.089	73.789
Comunicação	492.099	660.936
Royalties	883.276	908.355
Outros serviços	315.607	296.782
	<u>6.631.673</u>	<u>7.174.289</u>

Em 2014, os "Prémios de incentivo a Agentes", no valor de 266.320 euros, de pontos vencidos e ainda não utilizados pelos Agentes da rede Payshop no âmbito do "Prémio Club P", programa de incentivo às vendas pelos Agentes, encontra-se evidenciado na rubrica "Outros gastos e perdas" (Nota 27).

25. GASTOS COM PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de "Gastos com o pessoal" tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 5)	12.900	15.820
Remunerações do pessoal	655.343	688.946
Indemnizações	17.502	21.000
Encargos sobre remunerações	148.647	155.020
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	(1.325)	14.769
Gastos de acção social (seguros de saúde e higiene no trabalho)	5.579	9.247
	<u>838.646</u>	<u>904.802</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração era composto por 3 elementos pertencentes aos quadros de outras Empresas do Grupo, conforme consta do Relatório do Governo da Sociedade anexo ao Relatório e Contas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o nº médio de pessoal ao serviço da Empresa era, respetivamente, de 27 e 30.

Remunerações dos órgãos sociais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as remunerações fixas atribuídas aos órgãos sociais da Empresa, foram as seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fiscal Único		
Remunerações fixas	12.900	15.820
	<u>12.900</u>	<u>15.820</u>

Os gastos com as remunerações do Conselho de Administração estão refletidos em "Fornecimento e serviços externos", em virtude dos mesmos não pertencerem aos quadros da Payshop, mas sim da empresa CTT, a qual debita os seus honorários.

85. DEPRECIACÕES/ AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o detalhe da rubrica "Gastos/ reversões de depreciação e de amortização" era o seguinte:

Depreciações e amortizações	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos fixos tangíveis		
Depreciações (Nota 6)	253.672	232.177
Ativos intangíveis		
Amortizações (Nota 8)	33.334	40.000
	<u>287.006</u>	<u>272.177</u>

86. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" era conforme segue:

fe.

Serviços bancários
Impostos e taxas
Diferenças de câmbio desfavoráveis
Prêmios de incentivo aos Agentes
Outros gastos e perdas
Dívidas incobráveis

2014	2013
66.409	125.032
27.457	3.432
-	32.937
266.320	-
668	49
-	27
360.853	161.477

O valor de 266.320 euros de "Prêmios de incentivo a Agentes" corresponde aos pontos vencidos em 2014 e ainda não utilizados pelos Agentes da rede Payshop no âmbito do "Prémio Club P", programa de incentivo às vendas pelos Agentes. Em 2013, o valor 220.553 euros encontra-se em serviços especializados de "Publicidade" na rubrica "fornecimentos e serviços externos" (Nota 24).

28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "juros e gastos similares suportados" encontrava-se detalhada como se segue:

	2014	2013
Juros suportados		
Financiamentos bancários	1.394	-
Outros gastos de financiamento	1	478
	1.395	478

29. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Empresa reconheceu as seguintes diferenças de câmbio:

	2014	2013
Diferenças de câmbio desfavoráveis:		
Atividades de investimento		
Outros gastos e perdas (Nota 27)	-	32.937
	<u>-</u>	<u>32.937</u>
Diferenças de câmbio favoráveis:		
Atividades de investimento		
Outros rendimentos e ganhos (Nota 23)	104.060	7.909
	<u>104.060</u>	<u>7.909</u>

As diferenças de câmbio reconhecidas referem-se a operações com a Payshop Moçambique.

IV IMPÓSIO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 23%, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, e 5% do excedente do lucro tributável acima de 7.500.000 Euros.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a reconciliação entre o montante resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento foi como segue:

fc.

	2014	2013
Resultado antes de impostos	A 7.648.028	7.947.894
Taxa nominal de imposto	23,0%	25,0%
Imposto esperado	1.759.046	1.986.974
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais	(48.590)	(52.961)
Acertos Payshop Moçambique	105.993	(39.310)
Perdas por imparar. n/fiscalmente dedutíveis	919	330
Provisões n/fiscalmente dedutíveis	-	-
Outras situações, líquidas	3.275	27
Total de acertos	B 61.596	(91.914)
Lucro tributável	A+B 7.709.625	7.855.980
Colecta	1.773.214	1.963.995
Ajustamentos à colecta - Tributação Autónoma	1.955	1.545
Ajustamentos à colecta - Derrama Municipal	115.644	117.840
Ajustamentos à colecta - Derrama Estadual	190.481	197.799
Excesso de estimativa e restituição de impostos	(196)	-
Ajustamentos à colecta - Crédito Fiscal ao Investimento	-	(5.250)
Impostos sobre o rendimento do período	2.081.099	2.275.929
Taxa efetiva de imposto	27,21%	28,64%
Impostos sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	2.081.295	2.275.929
Excesso de estimativa e restituição de impostos	(196)	-
	2.081.099	2.275.929

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. As únicas declarações fiscais da Empresa que podem ser sujeitas a revisão são as de 2011, uma vez que as anteriores àquela data já foram sujeitas a inspeção tributária.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

31. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Empresa subscreveu um seguro de responsabilidade civil destinado a assegurar a cobertura de responsabilidades ambientais decorrentes da transposição para o ordenamento jurídico português, através do Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29 de julho, da Diretiva relativa à responsabilidade administrativa pela prevenção e reparação de danos ambientais,

nomeadamente, (i) danos causados às espécies e *habitats* naturais protegidos, (ii) danos causados à água e contaminação do solo através de poluição que criem um risco significativo à saúde humana.

3.2. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

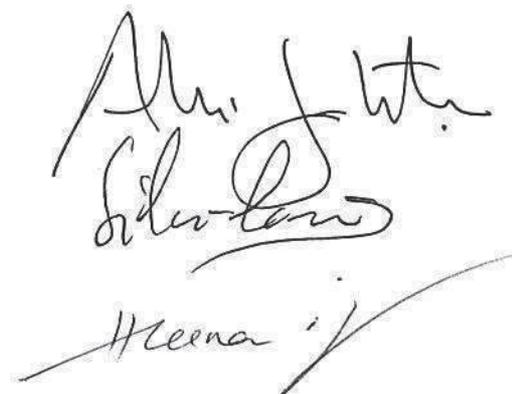
Autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa e autorizadas para emissão em 26 de fevereiro de 2015. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da PAYSHOP (Portugal), SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 9 395 798 euros e um total de capital próprio de 7 367 694 euros, incluindo um resultado líquido de 5 566 929 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da PAYSHOP (Portugal), SA, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 2 de março de 2015



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2014 a atividade da PAYSHOP (Portugal), SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da PAYSHOP (Portugal), SA e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo da PAYSHOP (Portugal), SA, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 2 de março de 2015

O FISCAL ÚNICO



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC